



GT 012. Antropologia da Saúde e Direitos Humanos: políticas públicas e agenciamentos sociais em saúde

Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC) - Coordenador/a, Érica Quinaglia Silva (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Marcos Aurélio da Silva (Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso) - Debatedor/a, Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - UFRJ) - Debatedor/a, Sílvia Maria Ferreira Guimarães (DAN/UnB) - Debatedor/a

A Antropologia da Saúde no Brasil, além de enfatizar questões clássicas da pesquisa etnográfica, com foco em práticas e saberes locais, tem se debruçado mais recentemente sobre as políticas públicas, o cotidiano dos serviços e das instituições, buscando compreendê-las a partir do Estado "visto de baixo", o que envolve também os saberes técnico-científicos que sustentam essas políticas. A convergência dessas diferentes perspectivas potencializa a pesquisa etnográfica, sobretudo quando feita no que podemos denominar de zona de confluência entre práticas do Estado e políticas públicas, de um lado, e sujeitos sociais, práticas e saberes locais, de outro, em um contexto em que o tema dos direitos humanos, e da saúde como direito humano que deve contemplar as especificidades sócio-econômico-culturais dos sujeitos, comunidades e populações, torna-se central. A proposta do GT é de, a partir de diferentes perspectivas etnográficas, proporcionar um espaço de reflexão sobre a relação entre Antropologia da Saúde e Direitos Humanos, em um contexto em que de modo geral há um retrocesso nos direitos e na democracia no país, particularmente nas políticas públicas de saúde, com o corte nos orçamentos e mudanças substantivas nos princípios que sustentam o Sistema Único de Saúde e as políticas de saúde mental no país. A articulação de diferentes abordagens etnográficas visa pensar os desafios e os diálogos possíveis entre a Antropologia, Estado e Direitos Humanos no campo da saúde.

República Terapêutica de Passagem: um dispositivo que transforma a exclusão em afetos e (re)conexões

Autoria: Ítala Suzane da Silva Figueiredo, Érica Quinaglia Silva, UNB, UFPA

A República Terapêutica de Passagem é um serviço de acolhimento temporário que abriga pessoas com transtornos mentais que tiveram um conflito com a lei. Essa instituição tem como finalidade a ressocialização dos egressos do Hospital Geral Penitenciário (HGP) que cumpriram uma medida de segurança no estado do Pará. Este estudo objetivou analisar as vivências desses egressos dentro desse contexto e evidenciar as potencialidades que esses sujeitos têm de ser e se reinventar após a mortificação sofrida em uma instituição total. Para tanto, foi realizada uma etnografia mediante entrevistas com essa população e observação participante das/nas atividades cotidianas. Durante as observações e interlocuções com os egressos, funcionários e gestor, pode-se perceber que, apesar do longo período de enclausuramento no HGP, há uma capacidade de resiliência e a consequente troca de afetos, o desenvolvimento da autonomia e o resgate de identidades enquanto seres possuidores de direitos. Conclui-se que esse serviço é de suma importância para o fortalecimento dos vínculos familiares e reinserção desses egressos no meio social.



Realização:



Apoio:



Organização:

